

JT  
30/11/97 Pg 4A  
105

## EDITORIAL

## FHC e a Amazônia

**A**o cobrar dos países desenvolvidos suas próprias responsabilidades quanto à preservação do meio ambiente, no encerramento da conferência internacional "Amazônia 21 - Uma agenda para um mundo sustentável", na semana passada, o presidente Fernando Henrique Cardoso foi claro. A região deixará de ser uma megarreserva natural, a partir da virada do século, para se converter num pólo de desenvolvimento sustentável. "É preciso que o resto do mundo tenha sua cota de responsabilidade e não venha cobrar de nós a destruição que eles fizeram no passado", disse o presidente.

Segundo ele, a política de desenvolvimento sustentável da Amazônia começará a ser implementada por meio de "projetos extrativistas" (castanha-do-pará e outros produtos da floresta cujos princípios ativos podem ser isolados e usados na indústria farmacêutica, o que propiciará a criação de um pólo de alta tecnologia na região), por um programa de incentivo ao ecoturismo e pela "exploração sustentada" de madeira.

Certamente a nota mais positiva do encontro foi anunciada pelo secretário de Coordenação da Amazônia, José Seixas Lourenço, que informou que o governo limitará o uso das águas amazônicas para a geração de energia, favorecendo o uso do gás natural naquela região, o que poderá salvar aquela bacia hidrográfica do destino inglório que tiveram os rios da Bacia do Prata, hoje totalmente comprometidos, com sua fauna, pelo sucessivo represamento. A inundação sistemática de suas várzeas, insubstituíveis "maternidades" da natureza, será, um dia, cobrada do Brasil como um dos grandes crimes ecológicos da humanidade.

Com esse pronunciamento, o presidente da República confirma a intenção de seu governo de mudar radicalmente a política am-

biental brasileira. Acertadamente, está decretando o fim da era do preservacionismo radical e irrealista, baseado no conceito de intocabilidade da natureza, e adotando oficialmente, em seu lugar, o conceito da exploração sustentável, que aponta para o in-

centivo às atividades econômicas que favorecem a conservação ambiental.

Essa mudança de foco representaria um importantíssimo avanço se o governo estivesse mais interessado em buscar, nas muitas experiências de sucesso (e também nas de fracasso) que a "vitrine mundial" pode oferecer, quais as que vale a pena aplicar no Brasil. Sua omissão quanto aos principais instrumentos de conservação que tiveram sucesso em todo o mundo, associada à precipitação de seu governo em legitimar o assalto predatório que as madeiras vêm, há muito tempo, fazendo à Amazônia, depois de terem destruído inúmeros outros preciosos ecossistemas no resto do País, mostra, no entanto, que esta "abertura", que se baseia num princípio correto, ainda está mal informada, continua suscetível a velhos preconceitos hoje superados em toda parte, e está excessivamente contaminada pela pressão política das poderosas bancadas do Norte do País, cheias de políticos cujos nomes estão relacionados na lista exígua dos que têm se beneficiado com o assalto das madeiras à Amazônia.

Em primeiro lugar, não existe base científica na afirmação de que a "exploração sustentada" de madeira em florestas tropicais



nativas é possível, como é nas florestas homogêneas do Hemisfério Norte. Dada a variedade de espécies por hectare, sua dispersão na floresta tropical e a violência com que explodem as vegetações rasteiras que, por viverem na sombra das árvores mais altas, têm um redobrado poder de fotossíntese e "explodem" sob o impacto direto do sol tropical, esse tipo de exploração é inviável nessas florestas. Para se chegar a cada árvore interessante para o comércio madeireiro, que são, todas, de longuíssima maturação, e, depois de derrubá-la, retirá-la de dentro da floresta, máquinas pesadas destroem todo o entorno abrindo clareiras que, depois das primeiras chuvas, passam a ser maciçamente cobertas por essas vegetações rasteiras, o que impede a regeneração da floresta. Todos os técnicos do governo, aliás, sabem bem disso...

Ainda assim, e mesmo sabendo-se que já não existe, no mundo, demanda de novas terras para a agricultura, ao contrário, deve-se admitir, realisticamente, que uma parte da chamada "riqueza madeira" da Amazônia não poderá mesmo escapar a esse destino, ainda que isso represente um desperdício. Sendo assim, cabe ao Estado criar regras para a sua exploração nas propriedades

privadas, que deve ser autorizada apenas e tão-somente depois de um cuidadoso zoneamento ecológico da Amazônia, onde convivem diversos ecossistemas com características, faunas e floras próprias, não encontradas nos ecossistemas vizinhos. Feito esse zo-

neamento, caberia ao Estado usar o seu poder para selecionar a maior extensão possível de área dentro de cada um desses ecossistemas para a preservação, o que não exclui outras formas, mais sadias do ponto de vista ecológico, de exploração econômica sustentável, como são, por excelência, a caça e a pesca esportivas, hoje indústrias que, em todo o mundo, geram rendas e empregam infinitamente mais gente do que a indústria madeira. Enquanto esta movimentada, anualmente, cerca de US\$ 10 bilhões em todo o mundo, deixando atrás de si a destruição do ambiente explorado, as indústrias de caça e pesca esportivas, que são perenes e nas quais se baseiam as políticas ambientais de todos os países desenvolvidos e até da maioria dos países em desenvolvimento, geraram no ano passado, apenas nos Estados Unidos, US\$ 176 bilhões.

O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem conhecimento de todos esses fatos, contudo, não menciona essa alternativa, limitando-se a falar em ecoturismo, uma modalidade de exploração que só é possível em lugares específicos e raros, que possam ser vistos como "aprazíveis" por um turista urbano, o que exclui a esmagadora maioria das áreas que, do ponto de vista

ecológico, é necessário conservar. No entanto, "fecha" totalmente com a exploração de madeira que, matando a flora, mata a fauna e impossibilita a sua recuperação futura pela destruição do seu habitat, embora essa atividade renda apenas uns poucos subempregos, e mesmo assim temporários, arrase as áreas por onde passa e enriqueça apenas os donos das madeiras e os políticos que os protegem.

Não houve, nesse encontro convocado para decidir o destino da Amazônia, nenhuma menção ao principal papel do Estado em matéria de política ambiental que é salvar o que for possível, pela criação de reservas públicas, do impulso natural de ocupação econômica, em si mesmo destrutivo, sobretudo num país onde, como o nosso, a legislação ainda impede o surgimento de uma indústria economicamente poderosa e dependente da conservação ambiental, como são as de caça e pesca esportiva, capaz de disputar com vantagens as mesmas áreas que interessam aos predadores. Em vez disso, o governo está abrindo também as florestas nacionais, reservas ambientais para as gerações futuras, à exploração de indústrias madeiras, o que é, nada mais nada menos, que uma total e escandalosa inversão de papéis.

Quando é criticado por isso e responde que o Brasil não terá de pagar, com a conservação da Amazônia, pelos erros e pela destruição ecológica que os países do Primeiro Mundo promoveram em seus territórios, o presidente Fernando Henrique Cardoso, além de usar um argumento que destoa completamente do elevado nível com que costuma analisar alguns dos mais complexos problemas do mundo de hoje, trai a sua má consciência por estar contribuindo para que se continue cometendo, hoje e aqui, o mesmo crime que ele acusa esses países de terem cometido no passado.